



Concepção Ampliada sobre as(os) Técnicas(os) em Saúde - Nota Conceitual

Márcia Valéria Morosini, Isabella Koster e Ialê Falleiros Braga

Tradicionalmente, a expressão “técnicos em saúde” refere-se às(aos) trabalhadoras(es) formadas(os) nos cursos técnicos da área, cuja profissionalização está regulamentada tanto no campo do trabalho quanto no da educação, tendo como parâmetros a escolaridade básica de nível médio e a formação profissional técnica. Essa concepção será aqui denominada trabalhadoras(es) técnicas(os) em sentido estrito.

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), historicamente, trabalha com uma concepção mais ampla que abrange, além das(os) técnicas(os), aquelas(es) trabalhadoras(es) profissionalizadas(os) na área da saúde com escolaridade de nível fundamental e de nível superior (tecnólogas e tecnólogos). Acolhe também as(os) trabalhadoras(es) sem profissionalização, independente da escolaridade, que atuam em funções que mobilizam conhecimentos e práticas de caráter técnico (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2003). Essa ampliação buscou incluir trabalhadoras(es) a quem foi negado o direito à formação profissional ou que tiveram essa formação associada ao nível fundamental da educação básica, ainda que desempenhem papéis primordiais no processo de trabalho em saúde, como lembram Guimarães, Pereira e Morosini (2010).

Esse movimento tenta colocar em evidência situações de exclusão em relação à escolaridade, à formação ou à regulamentação profissional que caracterizam parte importante da força de trabalho em saúde. Um exemplo notório desse

último caso são as(os) agentes comunitárias(os) de saúde (ACSs), cuja profissionalização técnica em larga escala começou a ser promovida somente em 2023 pelo Ministério da Saúde, portanto: 19 anos após a publicação do Referencial Curricular para a Formação Técnica do Agente Comunitário de Saúde (Brasil, 2004), 21 anos após a publicação da Lei que criou a profissão (Brasil, 2002) e 32 anos depois de sua incorporação ao SUS, como trabalhadoras(es) estratégicas(os) no âmbito da Atenção Básica. Cabe lembrar que, de 1991, quando as(os) ACSs ingressaram no Sistema Único de Saúde (SUS), até 2002, quando a profissão foi criada, o requisito de escolaridade para essas(es) trabalhadoras(es) atuarem na saúde era apenas saber ler e escrever.

No Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS) da EPSJV/Fiocruz, percebemos a necessidade de retomar essa concepção e atualizá-la em função dos desafios encontrados nos estudos e pesquisas sobre a realidade do trabalho, a formação e a força de trabalho em saúde.

Revisitando seus fundamentos, voltamos à noção de qualificação profissional compreendida como relação social que mobiliza de modo indissociável dimensões relativas à formação e ao trabalho. Tais dimensões dizem respeito às políticas e à legislação de ambos os campos, à conformação do sistema de ensino, à organização curricular dos cursos de formação profissional, ao sistema de classificação de cargos e salários, à definição dos escopos de práticas e atribuições no trabalho. Seus efeitos compreendem a organização do processo e das relações de trabalho, a classificação e hierarquização dos postos de trabalho, assim como as delimitações dos diferentes grupos profissionais (Morosini, Lopes, Chagas, Chinelli e Vieira, 2013).

Sob essa perspectiva, articulando critérios de escolaridade, formação, escopo de práticas e regulação do trabalho, revalidamos a concepção originalmente difundida pela Escola Politécnica, assim sintetizada: trabalhadoras e trabalhadores que atuam na área da saúde, com escolaridade variada – ensino fundamental, médio e superior – e formação profissional técnica ou superior tecnológica, como também aquelas(es) que atuam sem formação profissional na área, com saberes adquiridos no e pelo trabalho.

Para compreender melhor este grande grupo de trabalhadoras(es), foi feita a caracterização de quatro subgrupos, definidos em relação à sua situação frente ao processo de regulamentação profissional – de normatização da sua formação e do seu trabalho –, em comparação com as técnicas(os) em saúde em sentido estrito. Em outras palavras, coloca-se em posição central, como parâmetro comparativo para a definição dos subgrupos, as(os) trabalhadoras(es) tradicionalmente reconhecidas(os) como técnicas(os) em saúde, ou seja, aquelas(es) cuja profissionalização está regulamentada tanto no campo do trabalho, quanto no da educação, tendo como parâmetros estruturantes a escolaridade básica de nível médio e a formação profissional técnica.

Parte-se da ideia de que a formação técnica constitui a condição mínima necessária para a formação profissional em nosso país, seja no campo da saúde ou em qualquer outra frente de atuação. Implica compreender que a escolaridade de nível médio é um direito que precisa ser universalizado para toda a classe trabalhadora brasileira. Trata-se, portanto, de uma construção, ao mesmo tempo, ético-política e teórico-metodológica. Ético-política porque busca dar visibilidade as(os) trabalhadoras(es) que cumprem funções estratégicas, fundamentais à saúde brasileira, mas que, muitas vezes, não recebem qualificação, nem são reconhecidas(os) e valorizadas(os) socialmente como deveriam. E teórico-metodológica porque diz respeito à compreensão ampliada de saúde que remete à indissociabilidade de suas múltiplas determinações: biológicas, ambientais, psicoafetivas, culturais, socioeconômicas, entre outras. Do mesmo modo, remete à compreensão do trabalho em saúde como um trabalho complexo, formado por campos variados e complementares de conhecimento e integrado por escopos de práticas diversos e igualmente complementares, todos importantes para o processo e o resultado do trabalho.

Os quatro subgrupos que compõem a concepção ampliada de técnicas(os) em saúde são:

- **Auxiliares e trabalhadoras(es) em luta pela profissionalização:** trabalhadoras(es) que realizam atividades técnicas, profissionalizadas(os) como auxiliares ou em processo de regulamentação da formação e do trabalho. É um subgrupo diverso e numeroso de trabalhadoras(es) dentre as(os) quais muitas(os) se encontram em busca do reconhecimento profissional e do acesso aos direitos trabalhistas.
- **Técnicas(os) em Saúde:** trabalhadoras(es) formadas(os) nos cursos técnicos na área da saúde, cuja profissionalização está regulamentada tanto no campo do trabalho, quanto no da educação, com escolaridade básica de nível médio e formação profissional técnica.
- **Tecnólogas(os):** trabalhadoras(es) formadas(os) por cursos superiores de Tecnologia na Saúde, resultantes do desenvolvimento científico e tecnológico e dos desdobramentos da divisão sociotécnica do trabalho, que direciona a(o) estudante para uma área profissional específica, num curso de ensino superior de curta duração, geralmente entre dois e três anos.
- **Trabalhadoras(es) na saúde:** trabalhadoras(es) com diferentes níveis de escolaridade – fundamental, médio e superior de curta duração (tecnólogo) – que realizam atividades na saúde, mas que não possuem formação específica na área. As atividades que realizam são indispensáveis aos serviços e ações de saúde, ainda que não sejam exclusivamente exercidas nesse campo. São exemplos as(os) copeiras(os), motoristas de ambulância, seguranças, auxiliares de serviços gerais, recepcionistas, técnicas(os) de segurança do trabalho, tecnólogas(os) em alimentos, entre outras(os).

Esses subgrupos foram delineados com base em estudos que articularam informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), da Classificação Brasileira de

Ocupações (CBO) e de outras normativas e legislações específicas de cada uma das profissões (Koster, Carneiro, Bilio e Leal, 2024).

Esse esforço de classificação foi necessário para tornar possível a identificação das realidades diversas que correspondem às(aos) diferentes trabalhadoras(es) que integram o trabalho em saúde, em numerosas funções, nos diversos âmbitos de atuação. Permitiu, por exemplo, que eles fossem contabilizados no processo de coleta de dados no CNES, tornando possível dimensionar a participação das múltiplas nomenclaturas atribuídas às(aos) várias(os) trabalhadoras(es) acolhidas(os) nesse grande grupo de técnicas(os).

Essa diversidade corresponde à estratificação do saber e das práticas na saúde, produto da divisão sociotécnica do trabalho, característica do modo de produção capitalista, que se reproduz no trabalho em saúde, conforme descrito por Peduzzi (1998), Pires (2009) e Gomes (2017). Implicam a valorização social diferenciada de diplomas, cargos e funções, que se expressa em prestígio social, remuneração e condições desiguais de trabalho.

Configura-se, assim, um contexto fragmentado e hierarquizado de trabalho, composto de funções caracterizadas como manuais, supostamente realizadas sem necessidade de reflexão, de funções intermediárias que exigem maior capacitação e habilidades técnicas, e de funções definidas como intelectuais, às quais se atribui maior responsabilidade e que são consideradas mais complexas e sofisticadas. É esta a lógica que determina a inserção subordinada/subalternizada no processo de trabalho em saúde das(os) trabalhadoras(es) desse grupo ampliado de técnicas(os). Trata-se de uma parte significativa da força de trabalho pouco vista, menos valorizada, mas de grande importância nas várias frentes da saúde: atenção, vigilância, diagnóstico, manutenção etc.

Desse modo, podemos dizer que o trabalho em saúde retroalimenta a desigualdade estruturante da sociedade brasileira. Essa desigualdade se expressa, por exemplo, em salários menores e menos prestígio social atribuídos às atividades e profissões técnicas, maior facilidade de substituição, relacionada à sua qualificação mais frágil e à maior oferta de trabalhadoras(es)

para os postos de trabalho existentes. Sob essas condições, as(os) técnicas(os) desse grupo ampliado encontram-se, em geral, mais expostas(os) à insegurança e menos protegidas(os) da precarização do trabalho em curso nos setores privado e público, conforme evidenciou a pesquisa da Internacional de Serviços Públicos (2022). Encontram-se também invisibilizados nas equipes, nas instituições e nas políticas.

Cabe ressaltar que o processo de reprodução social da subalternização de frações da classe trabalhadora não demonstra sinais de enfraquecimento, ao contrário, segue forte. No âmbito do cuidado em saúde, por exemplo, temos visto a criação de novas funções como as(os) cuidadoras(es) de idosas(os), as(os) cuidadoras(es) de Saúde Mental e as doulas, que cumprem funções sociais das mais relevantes e necessárias, mas que são submetidas(os) a relações e condições de trabalho precarizadas. Integram o primeiro subgrupo definido nesta nota, somando-se às trabalhadoras e aos trabalhadores em luta pela profissionalização, seja em relação à formação ou à regulamentação profissional.

O horizonte de equalização das relações e condições de trabalho e de horizontalização das funções e dos escopos de práticas no trabalho em saúde complementam a fundamentação ético-política da concepção ampliada das(os) técnicas(os) aqui apresentada. Aponta para um processo de trabalho em saúde mais democrático, interdisciplinar e coletivo, que mobiliza as mais diversas áreas do conhecimento e âmbitos de formação e se torna pauta de luta numa expectativa de reversão da realidade desigual do trabalho em saúde no Brasil.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.507 de 10 de julho de 2002. Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2002. p.1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10507.htm. Acesso em: 09 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde: área profissional saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/referencial_Curricular_ACS.pdf.

Acesso em: 09 maio 2024.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Estação de trabalho Observatório dos Técnicos de Saúde (org.). *Trabalhadores técnicos em saúde: formação profissional e mercado de trabalho*. Relatório final. Coordenado por Renata Reis. Rio de Janeiro: EPSJV, 2003. Disponível em:

https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/2003-EPSJV-OTS_%20Trab%20Tec%20Sa%C3%BAde-Form%20Prof%20e%20Merc%20Trabalho.pdf.

Acesso em: 09 maio 2024.

GOMES, Rogério M. *Humanização e desumanização no trabalho em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

GUIMARÃES, Cátia; PEREIRA, Isabel B.; MOROSINI, Márcia Valéria G.D. Uma escola politécnica no contexto brasileiro. In: GUIMARÃES, Cátia; PEREIRA, Isabel B.; MOROSINI, Márcia Valéria G.D. (org.). *Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010, p. 88-102. Disponível em:

https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_25_anos.pdf. Acesso em:

14 abr. 2024.

KOSTER, Isabella; CARNEIRO, Carla C.; BILIO, Rafael de L.; LEAL, João Gabriel R. P. Nota Metodológica – Quem são as(os) trabalhadoras(es) Técnicas(os) em Saúde? Observatório dos Técnicos em Saúde [Online]. Rio de Janeiro: EPSJV, 2024. Disponível em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/quem-sao-asos-trabalhadoras-es-tecnicas-os-em-saude>. Acesso em: 16 maio de 2024.

MOROSINI, Márcia Valéria G.C.; LOPES, Márcia C.R.; CHAGAS, Daina C.; CHINELLI, Filippina; VIEIRA, Monica. Qualificação dos trabalhadores técnicos em saúde: uma apresentação ao trabalho. In: MOROSINI, Márcia Valéria G.C.; LOPES, Márcia C.R.; CHAGAS, Daina C.; CHINELLI, Filippina; VIEIRA, Monica. (org.) *Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2013, p. 11-20. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l231.pdf>. Acesso em: 13 abr.

2024.

PEDUZZI, Marina. *Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação*. 1998. 254f. Tese. (Doutorado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/sms-8520>.

Acesso em: 04 abr. 2024.

PIRES, Denise. A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 5, p. 739–744, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/SZLhTQGyxHDZKfdzZDBhRPS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2004.

INTERNACIONAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS. PSI. *Profissionais da Saúde e a Covid-19 no Brasil: relatório especial em dados e gráficos*. out. 2022. Disponível em: <https://publicservices.international/resources/publications/profissionais-da-sade-e-a-covid-19-no-brasil--relatrio-especial-em-dados-e-graficos?id=13389&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Sobre as autoras

Márcia Valéria Morosini. Psicóloga. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana e mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora-pesquisadora e coordenadora do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (Lateps) e do Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Isabella Koster. Enfermeira. Doutora e mestre em Saúde Pública (Ensp/Fiocruz). Professora-pesquisadora do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (Lateps) e integrante da equipe do Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Iale Falleiros Braga. Historiadora. Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) e pós-doutora em Sociologia do Trabalho pela UMINHO - Portugal. Professora-pesquisadora do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (Lateps), integrante da equipe do Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS) e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Como citar

MOROSINI, Márcia Valéria; KOSTER, Isabella; BRAGA, Iale F. *Concepção Ampliada sobre as(os) Técnicas(os) em Saúde - Nota Conceitual*. Observatório dos Técnicos em Saúde [Online]. Rio de Janeiro: EPSJV, 2024. Disponível em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/quem-sao-asos-trabalhadoras-es-tecnicasos-em-saude>. Acesso em: ____/____/____.